

# ‘A Gente Não Mergulha no Mundo do Outro Impunemente’: Uma Conversa com Eliane Brum

NICOLA GAVIOLI

*Florida International University*

---

O trabalho jornalístico de Eliane Brum é considerado hoje—por periodistas, acadêmicos e por um vasto público leitor—uma referência para acompanhar o debate sobre direitos humanos no Brasil. Ao longo dos últimos trinta anos, Brum tem publicado um corpus coerente e instigante de reportagens, colunas e crônicas em jornais (*Zero Hora*, *El País*, *The Guardian*) e revistas (*Revista Época*) de grande difusão e prestígio. O respeito pelo trabalho de Brum deve-se à coerência que caracteriza o conjunto de seus textos, analisando criticamente a tragédia humana e ecológica da Amazônia, a violência diária contra as minorias, os efeitos psicológicos e sociais do capitalismo selvagem no Brasil, entre outros temas. Recebeu muitos prêmios (entre eles, o Jabuti para o melhor livro de reportagem em 2007), e participou de eventos internacionais como o “Festivaletteratura” em Mântua (2011) e o “Pen World Voices Festival” em Nova York (2014). Contra o imperativo retórico do otimismo, as colunas de Brum propõem uma análise da realidade brasileira contemporânea em que dúvidas e incertezas, “desesperança” e engajamento, impasses e análise multifocal se entrelaçam para solicitar o leitor—tratado como responsável ou cúmplice da realidade em que vive e não como consumidor passivo ou vítima de seu contexto—a suspender juízos apressados e esquemáticos sobre eventos e problemas nacionais e globais.

Na primavera de 2016, Brum ofereceu a palestra “A palavra não domesticada” na minha universidade, e aceitou gentilmente conversar comigo.<sup>1</sup> Nesta entrevista, Brum reflete sobre aspetos de ética e de “poética” da reportagem (como preparar e escrever uma reportagem? Quais são os limites éticos do jornalista? Em que sentido se pode falar de jornalismo literário?), sobre a secular questão indígena, o legado dos governos PT, e a nova corrente de conservadorismo que atravessa o Brasil, entre outros assuntos. O encontro com Brum confirmou para mim a capacidade reflexiva e o cuidado com as palavras que já tinha apreciado nas reportagens e nas colunas dela. A gravação desta entrevista, feita ao ar livre, foi acompanhada por sons e ruídos de vária natureza (navios, pássaros tropicais, um senhor aos berros ao nosso lado, empenhado numa briga imaginária com os Georges Bush pai e filho). Apesar disso, a entrevista continuou e deu certo, sem alterações de lugar e sem a tentativa de interferir com as condições externas. Esses imprevistos, Brum me disse sorrindo, “também fazem parte” para quem quiser escutar as vozes do mundo.

**NG:** Queria começar com a imagem do “olhar insubordinado” tirada do seu livro *A vida que ninguém vê*. Você escreve “Vemos o que todos veem e vemos o que nos programaram para ver” (188). O que é programado para ser visto no Brasil de hoje? Quais são os efeitos desta programação?

**EB:** O que nos é dado para ver cria nas pessoas uma “catarata” que não é física, mas que tem efeitos muito piores do que a física, e engendra uma cegueira muito mais profunda. Não tem cirurgia para essa catarata. Essa cegueira que a gente vai tendo com a banalidade dos dias, de tanto ver as mesmas coisas, só pode ser enfrentada com um olhar de resistência cotidiana, ou seja, através do exercício da dúvida. É preciso duvidar do que se vê, duvidar do que é dado para ver, especialmente num mundo de redes sociais, de imagens e de gritos e de certezas exclamativas. No Youtube tudo é filmado, tudo é gravado. Isso é muitas vezes confundido com a verdade, embora isso não seja a verdade. O grande risco é a naturalização, o tornar natural o que jamais pode ser natural. Por exemplo, no

---

<sup>1</sup> A palestra foi co-organizada pelas unidades seguintes na FIU: Kimberly Green Latin American and Caribbean Center; Department of Modern Languages; e School of Journalism and Mass Communication.

Brasil, uma das coisas naturalizadas é o genocídio da juventude negra. A abolição da escravidão não foi jamais completada. Em 2016 os negros continuam tendo os piores empregos, os piores salários, eles são a maioria nas prisões, as mulheres negras são as que mais morrem de parto ou de doenças. A mortalidade infantil é também maior entre as crianças negras. Todas as violências prevalecem entre os negros. E o Brasil é um país de maioria negra! Tem uma geração de jovens negros que está morrendo na faixa dos vinte anos. Cada duas horas—o tempo de um filme—um jovem é assassinado. Setenta e sete por cento desses jovens assassinatos são negros. Isso é algo que já não causa espanto. Como é que um genocídio perpetrado durante tanto tempo não causa espanto? Porque foi naturalizado. E essa naturalização é política.

Outro exemplo de naturalização se encontra na questão indígena. O Brasil vê os indígenas como uma espécie de estrangeiros nativos. É uma xenofobia às avessas, contra aqueles que sempre estiveram lá! Propriamente falando, os “índios” – enquanto categoria geral – não existem, claro. Existem mais de duzentos povos indígenas que são muito diferentes entre si. Hoje, a assim chamada “Bancada BBB (Boi, Bala e Bíblia)” deste congresso quer mudar a Constituição de 88 para que os avanços nos direitos indígenas garantidos por ela sejam reduzidos ou mesmo anulados. O que se observa é uma política e um processo de conversão do indígena em pobre. Esse processo de conversão consiste em expulsar os índios para as periferias das cidades. Os índios são vistos como um entrave ao “desenvolvimento,” assim, com aspas. Quando eles viram pobres, dependentes de programas do governo como Cesta Básica, Bolsa Família, se começa a dizer: “eles não são mais índios. Tem celular? Então não é índio. Tem jeans? Não pode ser índio.” Como se ter celular ou jeans fosse um atestado de identidade! É um processo muito perverso. Os índios têm que ser considerados falsos porque suas terras são verdadeiras e há grandes interesses sobre essas terras muito ricas em minérios e outros recursos naturais.

**NG:** Os abusos contra os indivíduos mais vulneráveis da sociedade brasileira e a falta de um projeto de cidadania mais inclusivo e ético são problemas históricos do Brasil. Até que ponto a naturalização do olhar de que você fala é um legado desta longa história de violência e indiferença em relação ao “outro” no Brasil?

**EB:** O Brasil é fundado sobre a violência, sobre o extermínio. Primeiro o dos indígenas, e depois o dos negros. É uma história de violência. Isso jamais foi enfrentado. Eu acredito que, se não for enfrentado, a gente não vai conseguir inventar um país com possibilidades. Sempre fomos vistos como o país do futuro, de fora e de dentro. No governo Lula parecia que esse “futuro” tivesse finalmente chegado, com a inclusão de milhões de brasileiros, com a redução da pobreza, com a força simbólica de um operário que chega ao poder. O país se encontrava na esquina de seu destino grandioso e de repente se descobre atolado no passado. Neste sentido, a Copa do Mundo foi muito significativa, tanto pela derrota humilhante do Brasil nos 7X1 pra Alemanha, quanto pelos milhares que foram expulsos de suas casas para as obras preparatórias, assim como pelos tantos operários mortos na construção dos estádios e pela repressão violenta contra os manifestantes do #NãoVaiTerCopa. São muitos significados para serem desvendados. Acredito que só conseguiremos inventar um país de possíveis quando a gente fizer esses acertos históricos. Acho que a grande questão hoje é quanto as elites (e não só a econômica) estão dispostas a perder para estar com o outro. Essa é a parte mais difícil. Mesmo as pessoas que são “bacanas,” que acham que não são racistas, que lutam pelos direitos humanos, não querem perder nada no sentido mais profundo. Além da redistribuição de renda, perder os privilégios vai muito além disso. Vai até ter que ouvir de um militante negro que a peça que você, intelectual branco, escreveu, é racista. Estamos num momento muito interessante para encarar as nossas próprias mitologias e clichês: as mulatas, o povo cordial, o povo alegre. Nunca fomos “cordiais” (estou falando de “cordial” no sentido do senso comum, não da definição que Sérgio Buarque de Holanda deu em *Raízes do Brasil*). Mas esse imaginário da cordialidade tinha uma função. Hoje o termo “mulata” é justamente considerado um termo racista. Somo o país do futebol? O Brasil é o país da corrupção no futebol! Existe um futebol que ainda tem muito a dizer sobre o Brasil, mas esse não é o futebol da FIFA e da CBF. É um outro futebol e precisa ser redescoberto. Somos o país da bunda? Com todo esse silicone nos peitos, já nem somos mais o país da bunda! Somos um povo alegre e hospitaleiro? Não somos. Estamos rosnando uns contra os outros. Você vai na padaria e as pessoas estão com raiva. Um país que recebe bem os estrangeiros? Quais estrangeiros? Os brancos de países ricos (quando não são assaltados). O Brasil recebeu africanos de vários países nos últimos anos. Eles estão sendo discriminados, às vezes espancados por brasileiros...cordiais!

Nossas praias paradisíacas estão poluídas. A Amazônia, “pulmão do mundo,” está virando hidrelétrica, pasto para bois. Todos esses clichês que nos ampararam de alguma maneira estão girando em falso. Isso está acontecendo num momento em que o grande projeto político de pelo menos duas gerações de brasileiros está em suspenso: o projeto do PT. Não que o PT tenha inventado a corrupção—a corrupção atravessa a história do país e os governos, os da ditadura e os da democracia —mas se esperava mais do PT. Se esperava que ele fosse diferente, que ele não fosse corrupto. Várias bandeiras da esquerda não estão propondo um projeto diferente. Claro que houve vários avanços com o governo Lula: a diminuição da miséria, o Bolsa Família, o empoderamento das mulheres, a ascensão do que se chamou de nova classe média. Apesar de achar muito discutível falar de classe média, porque os patamares são muito baixos, ainda assim a vida das pessoas efetivamente mudou. Mas esse processo não se traduziu em acesso a transporte público de qualidade, a educação pública de qualidade, a melhora do acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), mas a uma inserção quase que exclusivamente pelo consumo. É preciso reconhecer esses avanços e perceber que o Lula foi um conciliador, na medida em que ele tentou fazer isso sem tocar nas nossas chagas históricas, sem mexer, por exemplo, na distribuição de renda. Os ricos ficaram mais ricos no governo Lula, os pobres ficaram menos pobres. Isso foi possível devido ao boom das commodities, mas isso se esgota. Hoje há uma crise profunda de projetos. A esquerda brasileira não tem um projeto, e o projeto da direita a gente já conhece, já foi vastamente experimentado e sabemos onde ele acaba. Nem podemos falar em projeto “da esquerda” ou “da direita,” assim, como se houvesse algo coeso e alinhado.

**NG:** Na coluna “Escutem o louco,” você retrata uma sociedade brasileira irreflexiva, amargurada e mecanizada em seus atos e em seus comportamentos diários: “O outro, qualquer outro, tornou-se nosso inimigo e nosso competidor, por um lugar no trem que nos engole e nos cospe em seu vaivém automático.” Quem, no âmbito da cultura contemporânea brasileira, está refletindo sobre esse impasse de projetos alternativos e sobre os efeitos do capitalismo selvagem?

**EB:** Acho que tem bastante gente pensando sobre o nosso tempo. Talvez menos do que deveria, mas tem. E acho que talvez algumas das vozes mais interessantes estejam nas redes sociais. Não só, mas também lá. Penso em Bruno Torturra e

em Daniela Lima, por exemplo, que escrevem posts muito interessantes, a partir de diferentes perspectivas. Na internet parecem preponderar os gritos, as boçalidades e desonestidades de diversos tipos, inclusive a de intelectuais, mas, se isso aparece mais, porque produz mais ruído, há pensamentos muito interessantes a que hoje temos acesso, de pessoas que fizeram das redes sociais um espaço para o pensamento e para a profundidade, para o exercício da política na sua dimensão mais profunda. Para mim tem sido particularmente rico ter acesso ao pensamento de homens e mulheres negros, que me ajudam a compreender meu papel como branca num país racista e no qual por muito tempo vigorou o mito da democracia racial. E tenho acesso principalmente pelas redes sociais, já que os espaços tradicionais são historicamente ocupados por intelectuais brancos, especialmente homens. Estes espaços tradicionais, inclusive, têm sido pressionados, por essas vozes que vêm da internet. Algumas novas, de uma geração que nasceu já com a internet. Outras são vozes que há décadas pensam o Brasil, mas nunca conseguiram ter ressonância, por conta do racismo e da interdição dos espaços. Acho isso bastante fascinante. Mas, é claro, fica um tanto obscurecido na preponderância do que chamei numa coluna de “boçalidade do mal,” parodiando o conceito de Hannah Arendt, e do que podemos chamar de desejo de destruição, em que o outro é um inimigo a ser destruído, interditando assim a possibilidade da escuta, do diálogo e da alteridade. E isso obviamente não é um fenômeno do Brasil, mas do mundo. Era também a isso que me referia nesta coluna do louco. Um dia alguém chega e empurra um outro para os trilhos do metrô e é visto como se fosse um pária, como se o seu ato estivesse desconectado do mundo em que vive, do seu tempo. Como se a literalidade desta violência não contasse tanto do momento em que vivemos.

**NG:** Em relação ao passado recente do país, qual é a sua avaliação sobre as atividades da Comissão Nacional da Verdade? Ela fez o que tinha prometido?

**EB:** Acho que ela fez o que conseguiu fazer e isso foi muito importante. Mas é preciso que os torturadores e os assassinos da ditadura civil-militar sejam julgados. Acho difícil o país avançar sem que os torturadores sejam julgados. Além da denúncia, é preciso ter o julgamento. Morreu o (Carlos Brilhante) Ustra, torturador notável, sem que a justiça fosse feita. E não fazer o acerto com a história faz muito mal para um país. Outra comissão da verdade fundamental é

aquela que hoje investiga os crimes cometidos durante a democracia, sobre os assassinatos de jovens nas periferias, a maioria deles negros, por agentes do Estado. Em São Paulo e no Brasil inteiro o próprio Estado é genocida. Essa violência da polícia atravessa a nossa história: aconteceu antes, durante a ditadura, e continua hoje, na democracia. A polícia brasileira talvez seja a que mais mata no mundo, mas a questão da reforma das polícias não avança. A comissão da verdade dos crimes da democracia tem que se expandir também para a questão indígena, para os crimes cometidos na realização de grandes obras do governo, como hidrelétricas na Amazônia, como as que foram construídas no estado de Rondônia, no rio Madeira, no estado do Pará, no rio Xingu. Agora mesmo segue se desenrolando um processo de etnocídio de povos indígenas na região do Médio Xingu, altamente impactada pela construção e operação da hidrelétrica de Belo Monte, sem que nenhuma das ações do Ministério Público Federal denunciando as violências cometidas contra o Estado e a empresa Norte Energia tenham qualquer efeito. Os crimes de Estado continuam sendo perpetrados impunemente nisso que chamamos de democracia, mas que se parece cada vez mais com um “Estado de exceção,” cada dia mais um direito a menos.

**NG:** Qual é a sua ideia de “reportagem”?

**EB:** Acho que o papel do repórter é ser ponte entre mundos. No meu caso, tento ser ponte entre os vários Brasis. Eu fiz uma escolha, como jornalista, que é colaborar para quebrar com algo que considero brutal: a condição de viver à margem da narrativa. Então escolhi contar a história dos sem voz, dos invisíveis, dos proscritos, dos párias, daqueles à margem da narrativa. Eu faço isso em várias frentes. Hoje principalmente na Amazônia, contando das pessoas expulsas pelas grandes obras, especialmente os atingidos pela hidrelétrica de Belo Monte. A Amazônia sempre foi vista pelo centro-sul do Brasil como um corpo para exploração. Esse imaginário sobre a Amazônia se consolidou com a propaganda da ditadura civil-militar sobre a região, que propagava um olhar colonizador, traduzido em alguns slogans como “terra sem homens para homens sem terra” ou “o deserto verde.” Segundo esse olhar, que converte o outro em objeto, os índios não são gente, não são humanos, e, assim, não teriam como ser protagonistas de seu destino nem teriam nenhum conhecimento a ser transmitido ou compartilhado. Daí a necessidade de desbravar esse grande mundo verde e

levar para lá o assim chamado “progresso.” Hoje, é a ideia arcaica do progresso do século XIX, XX, transplantada agora para o século XXI, ignorando toda a destruição promovida por essa ideia. E isso justamente no momento da história em que a mudança climática possivelmente seja a maior ameaça à nossa espécie e a todas as outras que nada fizeram para isso e apesar do papel da Amazônia na regulação do clima. A visão dos governos Lula e Dilma sobre a Amazônia guarda muitas semelhanças com a visão da ditadura. E a do governo Michel Temer tem acelerado ainda mais a ofensiva contra os direitos indígenas e a desproteção da floresta e outros ecossistemas. Deveríamos estar aprendendo com os povos indígenas e com os ribeirinhos, com os povos da floresta, em vez disso estamos destruindo justamente as populações que preservam a floresta. Se ainda existe floresta em pé é justamente por estes que têm sido convertidos em pobres urbanos. Eduardo Viveiros de Castro, um dos nomes mais importantes da antropologia no Brasil e no mundo hoje, diz que a gente vai precisar aprender com os índios porque os índios entendem de fim do mundo. O fim do mundo deles foi em 1500. Eles aprenderam a viver depois do fim do mundo. Talvez eles queiram, eles aceitem nos ensinar, mas pode ser que não. A Amazônia é ainda uma desconhecida para a maior parte dos brasileiros. Quando veem aquelas campanhas na internet—“Os gringos estão invadindo a Amazônia”—eles se juntam e dizem: “A Amazônia é nossa!” É nossa para destruir? Os “gringos” estão na Amazônia com as grandes mineradoras e outros grandes empreendimentos transnacionais há muito tempo. Quando eu vou para lá, escuto as pessoas que não são escutadas, especialmente os ribeirinhos, e tento levar a memória oral deles à palavra escrita. Em geral, nestas populações, quase toda transmissão de conhecimento é oral. E também os documentos que marcam os acontecimentos e as experiências são de outro tipo. Em rios como o Tapajós, o Xingu, os ribeirinhos vão dizendo: “Aqui nessa pedra nasceu o meu filho, naquela volta aconteceu tal coisa.” Essa memória se dá no espaço, na geografia daquele lugar ao qual pertencem, o que é diferente da lógica da propriedade que atravessa os grandes empreendimentos. Indígenas e ribeirinhos pertencem ao rio e à floresta, de certo modo é o rio e a floresta que são “donos” deles, e não o contrário. Eles vivem “com” e não “de.” Quando eu vou lá, transformando essa palavra oral em palavra escrita, de certo modo também cometo uma violência. Historicamente, a escrita funcionou contra eles, como um instrumento de dominação pelo qual as terras em que viviam eram usurpadas. Os títulos falsos



dos grileiros que se apropriavam de terras dos povos da floresta valiam mais, porque escritos, do que toda a memória oral que dava conta da vida daquelas pessoas durante séculos no território. A conversão da oralidade em palavra escrita é um aspecto bem conflituoso para mim. É um impasse. Por um lado, é preciso que essa palavra quebre a barreira e chegue ao centro-sul do Brasil, a outros países, ao mundo globalizado. Mas, por outro, eu faço isso usando o mesmo instrumento perpetrador de violência, que é a escrita. A oralidade é uma transmissão do conhecimento tão legítima quanto a escrita. E seu valor de documento deveria ser reconhecido. Essa é uma questão em que me debato hoje. Meu desafio, quando tento contar o mundo do outro, é também entender como eles nomeiam o que vivem. Por exemplo, o que é uma casa para ribeirinhos do Xingu? Certamente, é bem diferente do que é uma casa para o cara da empresa, que mora no centro-sul, nas cidades. Este é um dos embates atuais no processo de Belo Monte, que pode exemplificar um pouco a amplitude da violência. A empresa tem o conceito de casa de São Paulo. Chega o ribeirinho, que tem duas casas (uma na ilha, onde ele pesca, onde ele caça, onde planta uma rocinha) e uma casa na cidade (onde ele vende o peixe na feira, resolve as burocracias, bota as crianças na escola). E que, especialmente a do rio, é muito diferente da casa que o cara da empresa entende que seja uma casa. Mas é este cara que tem o poder de determinar tanto o direito a uma indenização quanto o valor de uma indenização, por exemplo. Então, chega o colonizador e diz: “Não, essa não é uma casa de verdade.” Em consequência disso, além de ser expulso, o ribeirinho não é indenizado. Todas essas questões fazem parte de um contexto de extrema violência, em que o modo de vida daquele que lá vive sequer é reconhecido como um modo de vida. E, a partir deste não reconhecimento, uma série de violências é perpetrada, resultando em aniquilação.

**NG:** Como é que você entra em contato pela primeira vez com seus entrevistados e como é que você ganha a confiança deles?

**EB:** Cada pessoa tem o seu limite ético. Como jornalista, criei um limite para mim, que me ajuda a fazer escolhas difíceis: antes de sair da minha casa, eu me faço duas perguntas. Se eu fosse essa pessoa que eu estou buscando, eu abriria a porta? Eu responderia a essa pergunta? Não posso pedir para o outro aquilo que eu não posso dar. Eu deixo sempre muito claro que eu quero contar aquela

história, mas que compreendo que as pessoas não têm nenhuma obrigação de me abrir a porta da sua casa e da sua vida. Isso eu aprendi duramente ao longo dos anos. O jornalista obrigatoriamente precisa se perder, senão não chega a lugar nenhum. Para poder se perder, ele precisa saber muito, para então abrir mão do que sabe. Mesmo tendo estudado muito, ele parte do seu desconhecimento de uma realidade. Se ele acha que sabe, imediatamente tem que voltar atrás e dizer “não sei.” Na conversa com as pessoas, eu tento não fazer a primeira pergunta sempre que possível, porque acho que a primeira pergunta é uma forma de controle e fazer reportagem é abrir mão do controle. Eu digo para a pessoa: “Me conta.” E sempre é muito surpreendente de onde cada um parte para contar uma história. Em geral eu jamais imaginaria.

**NG:** Qual é o tempo necessário para conceber e escrever uma reportagem?

**EB:** Eu tento ficar bastante tempo num lugar. Não dá para entender rápido demais. A primeira vez que fui para o Xingu foi em 2004. Cada vez que eu vou entendo algo a mais, encontro outras palavras. Eu não consigo mais achar que eu entendo suficientemente uma realidade para poder escrever sobre ela uma reportagem senão depois de alguns anos e isso tem se tornado um problema, porque hoje demoro muito para me autorizar a escrever. Faço matérias mais pontuais, mas minhas grandes reportagens hoje levam anos. Sinto falta do jornalismo diário, em que você registrava um momento, um detalhe. Cada reportagem tem a sua história, cada uma se faz de um jeito diferente. É a realidade que determina, e não o contrário. Uma vez tinha que escrever sobre o cotidiano de uma favela de São Paulo. Não posso contar o que é a favela, mas pensei que poderia contar a esquina de uma determinada favela. Nessa comunidade específica, eu perguntei então a um morador da favela onde é que começava a favela. E ele: “logo aí na esquina.” Fui lá na esquina e o morador que morava lá falou: “a favela não é aqui, tá vendo ali? Anda mais uns cinquenta metros e aí começa a favela.” E esse diálogo foi se repetindo até eu entender que a favela ficava sempre um pouco depois da casa do morador para quem eu perguntava.

**NG:** No livro de memórias de sua família e de seus anos de formação, *Meus desacompanhamentos*, você considera que “não há reparação para a palavra escrita [...]”. Eu sempre soube que, se errasse—e algumas vezes erre—, não haveria

maneira de reparar” (45). Na coletânea de reportagens *O olho da rua*, se acha uma frase que não deixa indiferente: “A gente não mergulha no mundo do outro impunemente” (181). Achei interessante você desvelar dúvidas, ansiedades, remorsos e erros irreparáveis no exercício e aprendizado de sua profissão. Isso tem um significado pedagógico?

**EB:** Tem vários sentidos. O jornalista fala muito pouco dos seus erros, mas erra muito. É preciso falar dos erros. Cada vez mais eu preciso contar onde eu estou, de onde parto, o que me inquieta. Acho importante refletir sobre o fazer jornalístico a partir dos equívocos e das dúvidas. Isto contraria a ideia do jornalista como “pairando acima” da sociedade, com a sua suposta neutralidade e imparcialidade. Eu acho essa ideia da objetividade muito perigosa. O jornalista que acredita nesta lenda não se vê falho, não se percebe com os dois pés enfiados na lama do seu tempo, imerso na cultura, e por isso deixa de tomar os cuidados para não violar o mundo do outro. E quando falo violar, falo também no sentido de violar as palavras do outro, usando as suas em vez de descobrir com que palavras o outro se conta. Eu me vejo falha e por isso tento tomar o máximo de cuidado. Para tentar chegar mais perto das verdades, já que as verdades são plurais, eu busco atravessar a rua de mim mesma, desabitado de mim, dos meus preconceitos, de minha visão de mundo, para ser habitada pelo outro e depois, então, empreender o caminho de volta. Eu acho que é necessário contar para o leitor os momentos em que saio do lugar de escuta e interfiro na história que estou contando. Isso sem esquecer que só o fato de contar uma história já interfere na história. O leitor tem o direito de saber e então chegar a suas próprias conclusões. Cada vez mais incluo a história de quem conta nas minhas reportagens, a história dentro da história. Comecei a fazer isso com *O olho da rua*, onde descrevo os bastidores, meus impasses, dilemas e erros. Ser repórter há muito tempo, no meu caso há quase 30 anos, é também carregar meus mortos e me arriscar a um confronto cotidiano com a impotência.

**NG:** Qual é o significado da inclusão de fotografias nas suas reportagens? O que elas podem acrescentar à sua escrita?

**EB:** Eu preciso escrever como se não houvesse fotografia. A fotografia é um outro jeito de contar uma história, e um jeito que também é autoral. Nesse últimos

anos, eu trabalho com o mesmo fotógrafo, o Lilo Clareto. Somos uma dupla repórter-fotógrafo, como acontecia no jornalismo antigamente. Ele conta a história a partir do seu olhar, e eu conto a história a partir da minha escuta. Mas estas duas histórias dialogam entre si. Ele também faz um documento, assim como eu. De certa forma, ele também usa um instrumento que pode ser violento conforme o contexto. O Lilo fez os primeiros retratos de família de uma comunidade da Terra do Meio, no Pará. Foi uma proposta, eles aceitaram, vieram para um lugar central da comunidade num dia de domingo para fazer os retratos. E fizeram. É precioso, mas é uma intervenção. Lidamos com os mesmos dilemas. Como é para essas pessoas, que não tinham uma cultura de imagem, ter, de repente, uma fotografia? Hoje, fotógrafos que chegam tirando fotos das pessoas em qualquer contexto, sem pedir licença, me causam mal-estar. Antigamente, isso era naturalizado pra mim.

**NG:** Como autora e leitora de reportagens, poderia descrever a situação do jornalismo no Brasil hoje? Ele é um “bom” jornalismo? Existem revistas e diários de qualidade? Pode nos dar uma visão de conjunto?

**EB:** O jornalismo no mundo inteiro está em crise. Não é uma crise da reportagem, mas se reflete fortemente na reportagem. No Brasil todos os grandes jornais demitiram a maior parte de seus jornalistas. As redações estão muito esvaziadas, tem poucos repórteres e a maioria é inexperiente, porque custa menos manter repórteres iniciantes. Foram demitidos os jornalistas mais experientes, os que ganhavam mais e que podiam fazer a transmissão de conhecimento dentro das redações. Quando eu cheguei na minha primeira redação (no jornal *Zero Hora*) identifiquei rapidamente a pessoa que podia me ensinar. Em algum momento eu também me transformei na pessoa que podia ensinar. No jornalismo você se defronta o tempo inteiro com dilemas éticos novos, é muito difícil saber o que é certo fazer, você precisa aprender e parar para refletir todo dia. Não há respostas prontas. Hoje, o jornalismo vive uma crise do modelo de negócios, mas também uma crise de representação, expressada pelo fato de que muitos não se reconhecem no que a imprensa conta. Ao mesmo tempo, acho que as pessoas também estão percebendo a importância de uma imprensa que mereça este nome para a democracia.

**NG:** Qual é o dever de um bom jornalista?

**EB:** Eu vejo o jornalista como quem conta a história do hoje, do cotidiano, o que chamo de história em movimento. Precisamos fazer uma nota ou uma matéria de muitas páginas, tanto faz, com o senso de responsabilidade de quem produz documento que influencia tanto o presente como a forma como o presente será interpretado no futuro. Hoje, a imprensa brasileira não está contando e documentando bem o Brasil. Ou os Brasis, já que são muitos. Só daqui a alguns anos vamos saber o tamanho dessa perda—e o impacto dessa ausência. Muitas realidades não estão sendo contadas ou são contadas de forma muito fragmentada. Isso tem grandes consequências.

**NG:** No Brasil é perigoso praticar um jornalismo de denúncia das violações dos direitos humanos nomeando explicitamente quem pratica a violência? Estou pensando no caso do México onde muitos jornalistas foram e estão sendo assassinados.

**EB:** Acho que, no Brasil, o maior risco—ou um dos maiores—é quando se denuncia a polícia, especialmente a Polícia Militar. Aí, quem te protege? Como é que você se defende disso? Isso é assustador. Já vivi um episódio que foi muito difícil e tenho amigos que vivem isso agora. Alguns tiveram que sair do país por um período. Começa-se a receber ameaças contra os filhos, os pais, a casa que pode ser invadida. Você não está mais seguro em lugar algum. E não é mais só você, mas as pessoas que você mais ama, as que não fizeram as escolhas que você fez. Vira um filme de terror.

**NG:** Qual é a sua percepção do contato entre o jornalismo e o mundo acadêmico no Brasil? Trata-se de dois mundos independentes ou existe um diálogo em curso? Na Universidade de São Paulo, por exemplo, tem grupos e docentes que se dedicam ao estudo dos fenômenos da violência na sociedade brasileira contemporânea.

**EB:** Acho que são mundos que dialogam muito pouco. A academia às vezes acha que o jornalismo é superficial, precário. E o jornalismo acha que a academia fica encastelada nos seus feudos, dando muito pouco à sociedade. Há verdade nisso,

de ambos os lados. Mas há bem mais do que isso. Há produções muito consistentes na academia e há produções muito consistentes no jornalismo, mas raramente vejo essas consistências dialogando. O que é uma pena, porque essa ponte é muito necessária sempre para que o conhecimento possa circular, e mais necessária ainda num país como o Brasil, onde a qualidade da educação é tão precária. Acho que a universidade tanto precisa ocupar outros espaços públicos quanto levar para dentro dela outros protagonistas, ampliando o diálogo e as vozes. Alguns intelectuais, acadêmicos, já fazem isso. Mas são poucos. E os jornalistas precisam estar mais atentos à produção acadêmica. Estas pontes ainda estão muito interditadas, às vezes com pedaços faltando. Mas quando elas de fato acontecem, o leitor ganha muito. É fundamental que a circulação do conhecimento produzido pela academia, em todas as áreas, se amplie. É preciso construir novos espaços pra isso. Recentemente testemunhei uma experiência muito interessante. A SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) fez um relatório, do qual participaram acadêmicos de diversas áreas e de diferentes universidades, sobre a situação da população ribeirinha atingida por Belo Monte, na busca de construir uma proposta que permitisse a recuperação do modo de vida, extremamente afetado pela construção da hidrelétrica e a desagregação socioambiental. Professores e pesquisadores foram até a região atingida. O relatório foi apresentado numa audiência pública, em Altamira, no Pará, e levado até os órgãos do governo. E produziu algum movimento. Mas este conhecimento, ali produzido, poderia circular muito mais e teria maior impacto na construção de alternativas que permitam a vida dos povos da floresta se a imprensa fizesse a sua parte.

**NG:** Poderia nos falar do projeto “Refugiados de Belo Monte,” da Clínica de Cuidado e da colaboração com Christian Dunker e Ilana Katz?

**EB:** Este projeto talvez possa ser descrito como um projeto de escuta. A certa altura da minha cobertura dos atingidos por Belo Monte, percebi que uma parcela das pessoas estava traumatizada. Eram vítimas de catástrofe. Refugiadas em seu próprio país, do seu próprio país. Percebi especialmente a partir da fala de um ribeirinho que tinha sido expulso de sua ilha, teve a casa incendiada, estava vivendo na periferia da cidade e dizia que se sentia num buraco, na escuridão. Ele pensava em se matar como um sacrifício para chamar a atenção do mundo

para o sofrimento dos atingidos por Belo Monte. E já tinha tido um AVC no escritório da empresa concessionária de Belo Monte. Percebi que eu contaria a sua história e isso faria alguma diferença, como fez, mas que ele precisava ser escutado de outra maneira para poder lidar com o sofrimento psíquico e ter uma possibilidade de reconstituir a vida. Neste momento, eu estava acompanhada da minha filha, Maíra, que é psicanalista. E ela me ajudou a compreender essa dimensão. Voltei para São Paulo decidida a bater nas portas dos psicanalistas que eu conhecia ou que eu não conhecia pessoalmente, mas admirava, e foi o que eu fiz. Eu contava o que escutei e dizia: “Por que vocês não estão lá?.” Alguns me escutaram. A partir desta escuta surgiu a Clínica de Cuidado, coordenada pelos psicanalistas Christian Dunker e Ilana Katz, além de mim, que cuida da documentação do projeto. Em janeiro, um grupo voluntário de psicólogos, psicanalistas e terapeutas foi à Altamira fazer uma intervenção em saúde mental, financiada por crowdfunding. Este grupo foi selecionado a partir de um curso aberto na Universidade de São Paulo, seguido por uma entrevista e, depois de escolhido, passou ainda por mais um curso preparatório. E foi extraordinário. Este é um caso de tessitura de pontes entre os vários mundos. Costumo contar esta história como uma espécie de quadrilha do Drummond, de uma pessoa que escuta e leva a outra que escuta e assim por diante. A escuta é dos movimentos mais potentes e transgressores que conheço.

**NG:** A violência é disseminada nos vários meios de comunicação, nas redes sociais lemos com frequência frases ferozes, grosseiras e racistas cobertas pelo anonimato. Em coluna recente para “El País” (“Todo inocente é um fdp?”) você afirma que “O que a internet fez foi arrancar da humanidade as ilusões sobre si mesma.” Você enxerga consequências possíveis dessa extrema difusão e visibilidade do ódio em forma escrita?

**EB:** Acho que hoje os haters nem são mais anônimos. É claro que há os perfis falsos, criados pra destruir reputações ou consolidar narrativas. Mas há muita gente que se orgulha de expressar seu ódio com nome e sobrenome, mesmo quando ele vem disfarçado sob camadas de citações. Orgulham-se também de sua ignorância. Já vi muitas vezes pessoas dizerem que odeiam museus, por exemplo. Sem nenhum constrangimento, fechadas a qualquer possibilidade de talvez, quem sabe, gostar de algo num museu, viver alguma experiência inusitada

provocada por esse contato. As pessoas encontram sua “turma” e fortalecem sua visão de mundo, que fica cada vez mais fechada e impermeável, um reforçando o ódio e/ou a ignorância do outro. Odiar junto, ser ignorante junto, esta é a distorção da experiência coletiva nas relações desencarnadas da internet. Ainda que seja preciso deixar bem claro que a internet é muito mais do que isso e tem possibilitado algumas experiências de solidariedade e de encontro extremamente interessantes. Mas, em se tratando do ódio e todas as suas formas, acredito, sim, que a internet arrancou da humanidade as ilusões que ela tinha sobre si mesma. Antes, quando eu pegava o elevador, não sabia que o vizinho sorridente era também racista e homofóbico. Ele já era, mas eu não sabia. E isso faz muita diferença quando nos encontramos no elevador. E isso faz muita diferença quando vivemos a experiência com todos os outros, nos vários espaços públicos cotidianos. Aquela frase do Nelson Rodrigues, que vou citar de cabeça, na qual ele dizia que se as pessoas soubessem o que os outros faziam entre quatro paredes não iam mais se cumprimentar na rua. Algo assim. Bem, agora a gente não só sabe o que fazem entre quatro paredes como o que se passa entre suas orelhas. A gente conhece os pensamentos mais íntimos, que são vociferados nas redes sociais. É claro que isso tem um impacto. E acho que levaremos algum tempo para dimensionar este impacto. Porque a possibilidade de “dizer tudo” tem muitas consequências. Então, se a internet arrancou as ilusões da humanidade sobre si mesma, a experiência de viver sem esta ilusão, de ser sem esta ilusão, também já torna a humanidade outra. Dito de outro modo: se já éramos secretamente estes que agora mostramos, o fato de poder ser também nos torna outros. É este impacto que pressentimos, analisamos em parte, mas ainda estamos longe de dimensionar, porque ele é muito transformador e aconteceu e acontece de forma muito acelerada.

**NG:** O que aconselharia a um colega jornalista que é alvo de ataques e difamações nas redes sociais? Existem “anticorpos” contra essa versão específica de violência verbal?

**EB:** Tenho conversado com jornalistas, que, como eu, sofrem ataques vindos de vários lados. Há desde pessoas me desejando um câncer doloroso, “sem paracetamol,” a formas mais elaboradas de ódio, que acontecem quando alguém, por exemplo, distorce os teus argumentos e coloca esta distorção como um fato.



Acho estes piores e mais desonestos. O que fazer? Acredito que a melhor resposta que posso dar é seguir fazendo reportagem, seguir fazendo as minhas colunas de opinião, seguir investigando, escutando, pensando e escrevendo com honestidade. Em dias especialmente duros, aconselho reassistir a um vídeo do Chico Buarque em que ele conta o momento em que descobriu que era odiado. E morre de rir. Puxa, se o Chico (o Chico!) é odiado e pode rir disso, nós também podemos. Isso do ponto de vista pessoal. Mas, como alguém que se comprometeu a pensar sobre o seu tempo, eu tento me afastar e ver de fora, para compreender o que de fato está sendo dito, o que há nas franjas dos mal-ditos e que pode me ajudar a entender esta época. Este é sempre um exercício interessante. E necessário. Mas, se os ataques tornam-se persistentes e inicia-se um processo organizado de desqualificação, aí é preciso tomar medidas sérias.

**NG:** A linguagem pode ser um poderoso instrumento de destruição, mas também de testemunho, denúncia de lugares comuns e reflexão. Alguns jornalistas perseguem o mito da impessoalidade e se esforçam para escrever num estilo seco, denotativo, sem comentários pessoais. Outros – e me parece o seu caso – parecem acreditar na combinação entre pesquisa cuidadosa e estilo em que a voz e a sensibilidade do autor emergem com força. O Prémio Nobel de literatura de 2015 foi significativamente concedido à jornalista Svetlana Alexievich, também ligada a essa segunda concepção do jornalismo. Do seu ponto de vista, faz sentido considerar uma reportagem “literatura”? Nesse caso, qual seria o aspeto mais propriamente literário da reportagem?

**EB:** Acho que faz sentido desde que não se confunda literatura com ficção. Essa é uma diferença fundamental. A reportagem pode ser lida com o prazer de uma ficção, mas ela não é ficção. Ela não é e não pode ser ficção. Ou só pode ser ficção na medida em que toda vida é uma ficção, no sentido mais profundo. Mas a qualidade da reportagem é determinada pela qualidade da apuração, da qualidade da investigação, da qualidade da escuta que se faz com todos os sentidos. Se um jornalista não apurar cada detalhe com muita precisão, e checar cada detalhe, vai fazer um texto ruim, em que o leitor percebe a inconsistência pela profusão de adjetivos. Quando se fala em jornalismo literário, muita gente interpreta isso, por má fé, como uma autorização para inventar alguma coisa. Essa autorização não existe. Vou dar um exemplo bem banal. Muitos anos atrás

quis escrever sobre o caso de uma moça de classe média numa cidadezinha do interior de São Paulo que tinha aparecido na Internet transando com dois homens, um deles casado. Foi um dos primeiros escândalos da Internet no Brasil. Num clique, o vídeo se espalhou e repercutiu no mundo inteiro. A moça quase foi linchada na faculdade, toda a vida dela e da família foi alterada. Eu visitei esta cidade quase um mês depois. E uma das coisas que eu queria contar era o momento em que um dedo na Internet tinha alterado toda a dinâmica daquela família, daquela comunidade. Perguntei para cinco pessoas diferentes da cidade se no dia deste acontecimento tinha sol, se era um sol com nuvens ou sem nuvens. Depois, quando voltei para São Paulo chequei com diferentes sites de meteorologia. Esta informação era um terço de uma única frase. Mas se eu erro um detalhe tão banal, o leitor tem o direito, aliás o dever, de duvidar de todas as outras informações complexas que eu investiguei. Dá muito trabalho escrever uma reportagem. E se há uma frase sensacional dita por um entrevistado, é porque ele disse exatamente isso. Eu não tenho autorização ética para “melhorar” uma frase ou para desrespeitar uma linguagem. Eu não tenho autorização para inventar. Preciso saber e contar precisamente como é a unha de uma pessoa, se ela está roída, redonda, qual é o nome do esmalte dela, se é *Pecado original* ou *Sedução*. O ficcionista faz isso dentro do seu mundo, não precisa sair de casa ou fazer entrevistas para dizer como é a unha de uma pessoa. Ele pode criar a realidade e sua ficção se tornará mais verossímil e competente conforme a capacidade de ele criar algo real. Mas na reportagem, não. Eu preciso escutar a realidade, que pela minha experiência é mais absurda do que qualquer imaginação pode alcançar. Às vezes a realidade é totalmente inverossímil. Você testemunha aquilo e pensa: vou contar e ninguém vai acreditar. Tá acontecendo bem aqui, mas não é crível. Eu experimentei as duas coisas: escrevi reportagens e ensaios, e escrevi um romance (*Uma Duas*) e alguns contos. Na reportagem tenho que me esvaziar de mim para alcançar o mundo do outro, para ser preenchida por esse mundo que é o outro, ser habitada por esta outra experiência de ser. Na ficção devo fazer o caminho inverso, deixando-me habitar pelos outros que moram dentro de mim, aqueles que vivem nas minhas profundezas abissais junto com os peixes cegos. São dois “habitar-se” distintos.

**NG:** O seu jornalismo não se limita a oferecer um olhar sobre os fatos de atualidade e uma análise dos fenômenos sociais mais relevantes, mas toca os

grandes temas da ecologia e da bioética. Um dos tópicos mais frequentes é a representação da morte e o debate sobre a eutanásia, o suicídio assistido, e o aborto no Brasil. Temas considerados importantes por alguns políticos mas raramente sentidos como urgentes, e por isso deixados para debates futuros. Outros consideram esses temas intocáveis ou tabus por causa da religião. Qual é a importância da discussão pública sobre a morte?

**EB:** Hoje no Brasil estamos vivendo um conservadorismo ligado ao crescimento das igrejas neopentecostais e a interesses financeiros muito claros. Todos esses temas são tabus, especialmente o aborto. Há um retrocesso em curso acelerado no Congresso brasileiro, o mais conservador desde a redemocratização do país. Este Congresso tenta eliminar direitos já conquistados, especialmente no campo dos direitos reprodutivos, assim como interditar qualquer possibilidade de avanço nesta área. Por outro lado, já se fala um pouco mais da questão da morte. Claro que ainda existe aquilo que Philippe Ariès chamou de “morte envergonhada,” clandestina, escondida dentro dos hospitais, mas nas redes sociais nunca se falou de forma tão confessional sobre tudo, até sobre a morte. Nesses últimos poucos anos, apareceram vários grupos, especialmente de mulheres, como mães que perderam seus filhos, que estão atuando na internet para quebrar esse silêncio (por exemplo no website *Vamos falar sobre o luto*). As redes sociais são um elemento transformador neste sentido. Apesar de a eutanásia ainda ser tabu, as pessoas já começaram a fazer testamentos vitais, existe hoje uma reflexão maior sobre a importância dos cuidados paliativos, sobre a importância de cuidar da singularidade de cada um respeitando suas escolhas e seu modo de viver o fim da vida. Mas ainda existe uma hegemonia dessa medicina que pratica uma espécie de onipotência divina, firmemente apoiada na indústria farmacêutica. São médicos que veem o corpo da pessoa que adoece como um campo de batalha, no qual ela é desumanizada para se tornar um objeto de intervenção. Ao entrar num hospital, por conta dos grandes interesses financeiros envolvidos e da má formação dos médicos e outros profissionais de saúde, o imperativo parece ser o do esvaziamento do sujeito. É como se a pessoa deixasse toda a sua história do lado de fora, assim como seus desejos e suas escolhas, ao vestir aquele avental aberto nas costas. A grande perda de não se pensar sobre a morte é a de não pensar sobre a vida, sobre o que torna uma vida de fato viva.

**Obras citadas**

Ariès, Philippe. *L'Homme devant la mort*. Le Seuil, 1977.

Buarque de Holanda, Sérgio. *Raízes do Brasil*. José Olympio, 1936.

Brum, Eliane. *A vida que ninguém vê*. Arquipélago, 2006.

—. “Escutem o louco.” *El País*, 3 Mar. 2014, [brasil.elpais.com/brasil/2014/03/03/opinion/1393852189\\_834821.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/03/opinion/1393852189_834821.html). Acesso em 15 Sept. 2016.

—. *Meus desacontecimentos*. LeYa, 2014.

—. *O olho da rua*. Globo, 2008.

—. “Todo inocente é um fdp?” *El País*, 29 Fev. 2016, [brasil.elpais.com/brasil/2016/02/29/opinion/1456756118\\_797834.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/29/opinion/1456756118_797834.html). Acesso em 15 Sept. 2016.

—. *Uma Duas*. LeYa, 2011.